

A DEGRADAÇÃO DA BAÍA DE SEPETIBA (RJ) PELA RELAÇÃO PERIGOSA DO CAPITAL COM A NATUREZA: A DIFÍCIL CONDIÇÃO DE SER PESCADOR ARTESANAL

THE DEGRADATION OF THE SEPETIBA BAY (RJ) BY THE DANGEROUS RELATIONSHIP OF THE CAPITAL WITH NATURE: THE DIFFICULT CONDITION OF BEING AN ARTISANAL FISHERMAN

LA DEGRADACIÓN DE LA BAHÍA DE SEPETIBA (RJ) POR LA RELACIÓN PELIGROSA DE CAPITAL CON LA NATURALEZA: LA DIFÍCIL CONDICIÓN DE SER PESCADOR ARTESANAL

VINHAS, Antonio Lopes Ferreira

RESUMO

Nas últimas décadas a Baía de Sepetiba passou por uma industrialização que propiciou novos vetores de transformação. A forma como ocorreu a instalação de terminais portuários é reflexo da relação do capital e a natureza que é considerada por David Harvey uma contradição perigosa do capitalismo. Por esse viés trazemos a discussão da ameaça ao trabalho do pescador artesanal.

Palavras-chave: Pescador artesanal, Capital, Natureza, Degradação, Território.

ABSTRACT

In the last decades the Sepetiba Bay has undergone an industrialization that provided new transformation vectors. The way in which port terminals were installed is a reflection of the relationship between the capital and the nature that David Harvey considers a dangerous contradiction of capitalism. For this reason, we bring the discussion of the threat to the work of artisanal fishermen.

Keywords: Artisanal fishermen, Capital, Nature, Degradation, Territory.

RESUMEN

En las últimas décadas, Sepetiba Bay ha experimentado una industrialización que brindó nuevos vectores de transformación. La forma en que se instalaron las terminales portuarias es un reflejo de la relación entre el capital y la naturaleza que David Harvey considera una peligrosa contradicción del capitalismo. Por ello, traemos la discusión de la amenaza al trabajo de los pescadores artesanales.

Palabras clave: Pescador artesanal, Capital, Naturaleza, Degradación, Territorio.

INTRODUÇÃO

Na segunda contradição do capital, que Harvey considera como perigosa em “As 17 contradições do capital” o autor Harvey (2016) discute “a relação do capital com a natureza”. Primeiramente, levanta a questão sobre as polêmicas resoluções dadas ao longo da história para resolver os problemas ambientais. Para o autor a natureza:

“poderia ser e é considerada de modo muito diferente dentro do capitalismo como um todo – como uma grande reserva de valores de uso potenciais (de processos e coisas) que podem ser usados direta ou indiretamente na produção de valores das mercadorias” (HARVEY, 2016, p. 232).

Harvey (2016) entende a imposição da racionalidade econômica do capital sobre a natureza como uma reserva, por isso os valores de uso naturais têm que ser capitalizados, comercializados e trocados como mercadoria. Dessa forma, a natureza se torna alvo do capital sendo “fracionada e dividida em forma de direitos

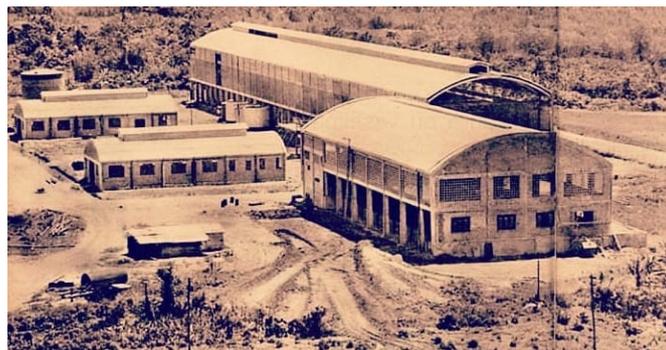
de propriedade privada que são garantidos pelo Estado” (HARVEY, 2016, p. 232). O autor considera a relação do capital com a natureza uma contradição por ter relações intrínsecas com as outras, principalmente as que discute como as fundamentais: Valor de uso e valor de troca; Valor social do trabalho e suas contradições pelo dinheiro; Propriedade privada e Estado capitalista; Apropriação privada e riqueza comum; Capital como processo ou como coisa?; A unidade contraditória entre produção e realização.

No entanto, o que queremos abordar é a classificação que o autor faz desta, como perigosa. É importante observar a distinção que Harvey (2016) usa para qualificar o que está discutindo: se a relação do capital com a natureza é perigosa, isso ocorre por existir uma situação que ameaça à existência de alguém ou alguma coisa. A Baía de Sepetiba possui questões ambientais que caracterizam uma relação perigosa entre o capital e a natureza. Podemos afirmar isso, com base em tudo que vem ocorrendo. O porto de Itaguaí foi pioneiro na Baía de Sepetiba, especificamente na Ilha da Madeira. Já em 1973, havia estudos para construção do porto que teria a finalidade de atender ao Distrito Industrial de Santa Cruz. Com a fusão do estado da Guanabara e o estado do Rio de Janeiro em 1975, a área escolhida foi a Ilha da Madeira - Itaguaí, sendo inaugurado em 1982, com a Companhia Docas do Rio de Janeiro como responsável. Silva (2018) mostra a importância estratégica do local escolhido para atender ao Distrito Industrial de Santa Cruz em pleno período militar (década de 1960), onde se justificava as áreas como polos de desenvolvimento.

A INDUSTRIALIZAÇÃO NA BAÍA DE SEPETIBA: A DEGRADAÇÃO DO MAR E DA VIDA DO PESCADOR ARTESANAL

O Distrito Industrial de Santa Cruz pela proximidade com Itaguaí se tornou mais atrativo para empresas que desejavam exportar e necessitavam das importações. Esse quadro não mudou até os dias atuais. É possível observar empresas que se instalaram recentemente no polo de Santa Cruz, como a TKCSA, a Gerdau com a COSIGUA – Companhia Siderúrgica da Guanabara. O maior problema é que já havia pessoas residindo nessas áreas. Em Santa Cruz havia conjuntos habitacionais onde empresas se instalaram com grande potencial poluidor. Silva (2018) mostra a tendência da presença da população mais pobre com indústrias de grande potencial poluidor, como na própria Ilha da Madeira com a falida Companhia Ingá Mercantil (Figura 1).

Figura 1 - Instalação da Companhia Ingá Mercantil na Ilha da Madeira, Itaguaí (RJ).



Fonte: Revista O Cruzeiro (1962).

Jailson Barboza Coelho que é Secretário de Agricultura e Pesca de Itaguaí, filho de pescador e residiu na Ilha da Madeira relata que:

“A restrição da área de pesca prejudicou o pescador artesanal. Agora é preciso trabalhar com a verdade. Não tem escassez de peixe na Baía de Sepetiba. Já teve, na época da Ingá, mas o peixe voltou. A Ingá causou muito dano ao ambiente, contaminou muito a Baía de Sepetiba. Os metais pesados no fundo só são removidos quando ocorre dragagem para fundeio, mas não afeta a Baía toda. A pesca era prospera. Alguns pescadores conseguiram casas na Ilha da Madeira. A Ingá fechou na década de 80, na ditadura militar, com pressão dos ambientalistas. A Ingá se instalou nos anos 60. As primeiras dragas drenaram o mangue, abriu uma estrada que ligou a ilha ao continente. Na década de 70 começou a produzir zinco e chumbo, que afetou os moluscos. A Ingá produzia e vazava para o mar. Os moluscos tiveram alteração. Ficaram com uma cor parecida com tijolo. Eu fui vítima

de molusco contaminado com sobras de ácidos. Fui parar no hospital com minha garganta ardendo depois de comer molusco. A Ingá expulsou pescadores de onde ela se instalou. Seu Domício Costa tocava a Ingá. O zinco e o chumbo vinham de Vazantes (MG), e a empresa chegou a ser a maior da América Latina. O cheiro de aço atingia todo mundo, até na praia”.

A Ilha da Madeira vem sendo degradada desde a década de 1960 com a instalação da Companhia Ingá Mercantil, que faliu na década de 1980, deixando toneladas de rejeitos que vazaram sucessivamente para as águas da Baía de Sepetiba (Figura 2).

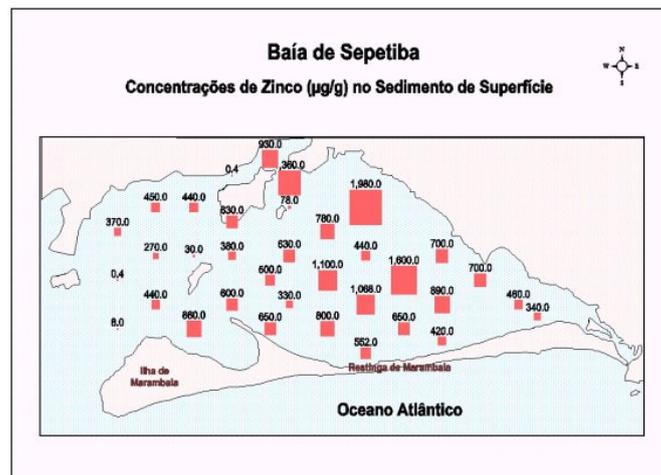
Figura 2 - Passivo ambiental (metais pesados e dique) da Cia. Ingá Mercantil, Itaguaí (RJ).



Fonte: PACS (2015).

Os constantes vazamentos do dique comprometeram a qualidade da água da Baía de Sepetiba, tendo em vista um trabalho realizado pela extinta FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, de 1995 a 1998, que monitorou em 32 pontos os sedimentos de superfície do fundo da Baía de Sepetiba (Figuras 3 e 4), que mostraram grande concentração de zinco e cádmio, os principais tipos de metais pesados deixados pela falia Cia. Ingá Mercantil.

Figura 3 - Concentrações de zinco na Baía de Sepetiba em 32 pontos de monitoramento.



Fonte: FEEMA (1998).

Sobre A falida Cia. Ingá Mercantil que foi a responsável pelos vazamentos na Baía de Sepetiba, os pescadores artesanais como B consideram que:

“foi a que mais afetou a Baía de Sepetiba. Não tinha isso aqui. Ela veio com promessa de trabalho. Tudo para mim é culpa da Ingá. Destruiu manguezal, abriu estrada. Antes só se chegava à Ilha da Madeira de barco. Ela aterrou”.

Os pescadores artesanais mais antigos são testemunhas da transformação ocorrida na Ilha da Madeira. Mesmo depois de falida, o passivo ambiental consequência do processo de produção do capital, é uma forma invisibilidade de precarizar o trabalho do pescador artesanal. Diante desse contexto, indagamos como o poder

público atuava diante dos vazamentos e contaminação da água, tendo em vista que a ocupação da ilha pelos pescadores é mais antiga que as empresas? O senhor B nos relata que:

“A Ingá era a galinha dos ovos de ouro da prefeitura. Os vazamentos traziam dinheiro, então não se incomodavam com o pescador artesanal. Se esquecem que o pescador reforma o barco, compra tinta nas lojas, madeira, rede e isso traz dinheiro para a prefeitura também”.

A prefeitura de Itaguaí era indenizada pelos vazamentos e contribuía para atrapalhar a pesca artesanal que, como relata B, também arrecada para o município e gera trabalho. Os rejeitos no terreno da Cia. Ingá Mercantil, segundo o pescador artesanal “a Usiminas enterrou os metais pesados no pátio da empresa, um crime”. A figura 9 nos mostra maiores concentrações de cádmio próximas ao litoral e interior, seguindo o fluxo da corrente marinha da Baía de Sepetiba, que circula no sentido horário. Conforme os pontos de coleta de sedimentos se aproximam da ligação com o oceano é possível perceber a redução de resíduos.

Figura 4 - Concentrações de cádmio na Baía de Sepetiba em 32 pontos de monitoramento.



Fonte: FEEMA (1998)

Além disso, o litoral da Baía de Sepetiba passou a atender ao complexo industrial-logístico, que segundo Pellegatti (2000) chegou a 400 instalações no ano de 2000, fato que provocou intenso aumento de poluição, principalmente em rios por despejos de resíduos químicos. As indústrias siderúrgicas são as que mais poluem. A TKCSA, por exemplo, para instalar sua siderúrgica destruiu uma grande área de mangue em Santa Cruz, conforme a Figura 5.

Figura 5 - Desmatamento de Mangue para construção da siderúrgica, Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: MPF, 2005.

Antes mesmo da siderúrgica iniciar suas atividades, já trouxe problemas aos pescadores artesanais com o desmatamento do manguezal, onde foi construída (Foto 3). O desmatamento prejudica a reprodução de

diversas espécies que utilizam o mangue para a reprodução, e conseqüentemente o trabalho do pescador artesanal que depende desse recurso. A siderúrgica foi construída totalmente em Área de Proteção Ambiental da Orla da Baía de Sepetiba, às margens do canal do rio São Francisco, que deságua na Baía de Sepetiba (Figura 6).

Figura 6 - Área desmatada para construção da siderúrgica e porto, Santa Cruz, Rio de Janeiro (RJ).



Fonte: MPF, 2006.

Muitos pescadores artesanais se voltaram contra a empresa, pois o sentimento ao ver o manguezal ser destruído é ver a sua própria vida degradada, pois depende do ecossistema para o recurso do seu trabalho, o pescado. Diversos conflitos foram desencadeados entre a siderúrgica e pescadores artesanais. Segundo Resende (2019), o pescador Luís Carlos da APESCARI – Associação dos Pescadores Canto dos Rios, em Santa Cruz, chegou a ser ameaçado de morte e procurou a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ. O pescador relata a Resende (2019) que sofreu ameaças quando iniciou uma série de manifestações no mar e na porta da empresa, conseguindo entrar para o programa de proteção à testemunha, tendo que sair do Brasil por mais de um ano, longe de sua família. Em entrevista concedida a jornalista do site Terra de Direitos e do Jornal Brasil de Fato, o pescador Luís Carlos afirmou o seguinte:

“A vida parece uma pista de corrida cheia de desejos e obstáculos. Basta ultrapassá-los. Nunca fui muito de escrever, mas agora tenho sentido vontade. É importante registrar a luta contra os desmandos dessa empresa”.

A frase de Luís Carlos é simbólica no sentido que a luta contra a empresa, representa as falsas promessas de empregos e até mesmo pela situação de precarização que a pesca vem passando. Resende (2019) afirma que houve denúncias de envolvimento de milicianos, que faziam a segurança da empresa, e foram o estopim para que Luís Carlos deixasse o lugar, após a intimidação com uma arma, em 2009. O mesmo relatou o fato da seguinte forma:

“Senti como um aviso de morte e tive que sair de casa de vez. Depois que fui embora, eles foram até a minha casa três vezes, perguntaram por mim no entorno. Chegaram a entrar e queimar roupas no quintal. O preço de enfrentar a destruição que essa empresa trouxe tem sido muito alto. Com certeza esse é o maior obstáculo que eu já enfrentei na vida”

Essas denúncias foram discutidas em audiência pública na ALERJ, no mesmo ano, que garantiram segurança federal para o pescador. Os atos da empresa foram levados ao Parlamento Europeu e até mesmo, em reunião de acionistas na sede da empresa na Alemanha. A problemática debatida não era somente a ambiental e a cultural, mas também a política. Essas problemáticas decorrem em conflitos, que quase sempre são decorrentes de disputas por territórios. Em 2007, a empresa começou a construir o seu porto privado, com 3,8 Km de extensão para escoar sua produção de aço, o primeiro dessa modalidade na Baía de Sepetiba (Figura 7). Diversos conflitos foram criados com os pescadores artesanais, o primeiro foi a exclusão da área de pesca, inclusive na modalidade cercadeiros. Os conflitos não foram somente entre a empresa e os pescadores, mas também entre os próprios pescadores, pois havia grupos que apoiavam, e outros que discordavam da empresa (VINHAS, 2011).

Figura 7 - Porto da TKCSA na Baía de Sepetiba. (RJ).



Fonte: Ministério Público do Trabalho, 2007.

Os pescadores artesanais contrários à empresa reivindicavam o território, pois com a área desmatada e a exclusão da pesca, suas atividades ficaram precarizadas. Assim, o trabalho dos pescadores artesanais tem um prejuízo enorme, no que tange ao saber das comunidades tradicionais, fica desestabilizado. Essa destruição para Latouche (1994) relata é o arrasamento dos saberes, do lugar e do próprio cotidiano propiciador de subjetividades, onde a relação homem/ natureza possui particularidades expressas no cotidiano. A entrevista do pescador artesanal Luís Carlos ao site Terra de Direitos apresenta com objetividade a transformação ocorrida:

“Quando era pequeno, o médico me recomendou passar a lama medicinal do mangue e das praias nas pernas. Ficava de lama até a cintura. Era ótimo, muito bom para circulação. Agora está tudo contaminado de metal pesado, tudo sujo, os peixes estão mais uma vez morrendo, compara”.

O primeiro impasse com a empresa na construção do terminal portuário foi sobre a escavação no fundo da Baía de Sepetiba para colocação dos pilares, que remobilizaram metais pesados acomodados nos sedimentos. Estes se encontravam contaminados pelos vazamentos sucessivos do dique construído em volta dos rejeitos de metais pesados. A remobilização dos metais pesados mexe com o trabalho dos pescadores artesanais, pois dependem dos recursos que ficaram poluídos contaminados, como o mangue. A TKCSA sempre alegou em audiências públicas ou em processos judiciais, que a Baía de Sepetiba já estava poluída por metais pesados pela falida Companhia Ingá Mercantil instalada na Ilha da Madeira, em Itaguaí na década de 1960. Para a empresa a poluição no fundo da Baía de Sepetiba não era sua, por isso entendia que não tinha responsabilidade alguma.

Se aproveitar do sujo para se apropriar tem sido uma justificativa da industrialização/ modernização. Serres (2011) ao discutir essa temática, expõe um olhar distinto no que tange a relação de disputa pelo território. O autor em sua obra “O mal limpo - poluir para se apropriar?”, argumenta sobre a dimensão biológica da humanidade ao poluir está se apropriando, assim como os demais animais, que demarcam o seu território dessa forma. Nesse sentido, o autor pontua estratégias do capital para se territorializar, onde o sujo se torna o seu território, e o mal é considerado o limpo, devido ao acesso a todos de forma democrática.

Serres (2011) argumenta que quando a fábrica despeja seus efluentes no rio vizinho e ninguém vê, ela está se apropriando desse lugar. E quem deixaria de beber esta água? É o questionamento do autor, que com coerência afirma que estes lugares são mais bem protegidos que “muros, fechaduras e cadeados” (SERRES, 2011, p. 60). O autor pensa dessa forma considerando que o acesso à informação é limitado e não é diferente no caso que estamos expondo. Quem desconfiaria da qualidade da água ou do pescado na Baía de Sepetiba?

Os metais pesados nos sedimentos acomodados no fundo de toda a Baía de Sepetiba estavam em repouso durante quase duas décadas sem notoriedade. Na lógica de Serres (2011) aquilo que não é visto, não é lembrado, principalmente se estiver em área de proteção ambiental, onde a sujeira fica escondida e protegida. Assim, a Companhia Ingá Mercantil deixou marcas na Baía de Sepetiba, de forma que a TKCSA dela se apropriou e ao construir o terminal excluiu a presença dos pescadores artesanais. No caso da Cia. Mercantil Ingá onde os

rejeitos ficaram acumulados após a falência, o terreno da empresa foi adquirido pela Usiminas que os aterrou, onde havia o dique com água contaminada. Para Verhelst (1992), tais projetos, como os terminais portuários, podem ser considerados como modernos cavalos de troia, por terem efeitos devastadores onde a natureza passa a ter diversas ameaças. A metáfora do autor revela o real que é a consequência da problemática da produção do capital com a natureza que em primeiro momento é ocultada pela aparência do progresso, que leva a pseudoconcreticidade, pois cria imediatas representações enganosas.

A construção dos terminais portuários finalizados não significa que os metais pesados deixaram de ser remobilizados. O desassoreamento do canal de acesso de navios é constante e os sedimentos retirados dessas dragagens são despejados no CDF (Confined Disposal Facility), que Braga (2020) explica serem aterros construídos para os sedimentos retirados de Baías, e geralmente ficam nas margens das mesmas. As empresas na Baía de Sepetiba chamam os aterros aquáticos também de CDF, apesar de possuir nomenclatura própria para área aquática (CDA – Confined Aquatic Disposal). O autor esclarece que o procedimento é o mesmo do CDF onde ocorre o recobrimento dos sedimentos contaminados na cava subaquática, com o material sendo confinado no interior. Apresentamos abaixo um esquema com diferentes tipos de confinados para melhor compreensão (Figura 8).

Figura 8 - Tipos de Confinados de Disposição de material dragado (CDF).



Fonte: Barros, 2010 (Adaptado de Driscoll et al. 2002).

No local dragado é proibido pescar, pois o material retirado pelos navios de dragagem é nocivo por estar contaminado com metais pesados (Figura 9).

Figura 9 - Navio de dragagem de sedimentos na Baía de Sepetiba.



Fonte: Antonio Vinhas (2010).

O pescador artesanal não pode trabalhar, quando o canal de passagem de navios está sendo dragado, assim como é proibido pescar nas áreas de CDFs da Baía de Sepetiba. Algumas vezes, os sedimentos são despejados na área de "bota fora" marítimos (já no oceano). Segundo os pescadores artesanais da Ilha da Madeira, as empresas lotearam a área do canal entre áreas menores, pois assim não precisam pagar compensações a eles. Jailson Barboza Coelho relatou que conviver onde tem potencial portuário e ao mesmo

tempo a pesca artesanal “dói na alma, eu nasci em uma canoa em 1951. Sou filho de pescador da Ilha da Madeira”.

O interesse na questão ambiental da Baía de Sepetiba e que Harvey (2016) sinaliza de maneira geral, é a forma como tem se tornado um grande negócio, naturalizando a ação do capital. O autor exemplifica a remediação dos problemas que o capital gera na natureza como o remédio Prozac, que ao ser inventado, não havia utilidade para ele, assim como carbono na atmosfera. Quem cria o veneno, cria o antídoto, cada droga possui um uso para ser submetida a troca. Da mesma forma, os rejeitos de metais pesados foram produzidos pela ação do capital e para resolução do problema, o CDF é a “solução”. Isso provoca uma especulação com empresas estrangeiras que dominam a tecnologia concorrendo para destinar esses rejeitos. O Rima da CSN (2014) para a ampliação do terminal de cargas apresenta a Europa e Estados Unidos como os detentores experientes desse procedimento. Um corpo hídrico como a Baía de Sepetiba, que tem tantos empreendimentos portuários, indica a ampliação das áreas de CDFs, e conseqüentemente, a especulação de empresas para concorrer à licitação do projeto de destino final dos rejeitos.

Não sabemos os efeitos que isso pode causar. Assim como o Prozac é uma droga criada e necessitou de outras drogas para controlar seus efeitos, a cava para os rejeitos de metais pesados também pode trazer riscos e necessitar de outros paliativos para conter os efeitos colaterais. Caso isso ocorra, o capital está sempre disposto a oferecer novos medicamentos. Para Acselrad e Leroy (1999), isso faz parte das categorias “mercado e economia”, pois é a solução para satisfazer a hegemonia do mercado, que necessita do crescimento econômico constantemente. O autor trata como essas soluções como modernização ecológica e acreditam na resolução de problemas ambientais, conciliados com o crescimento econômico através da tecnologia, porém esse consenso é visto como uma crença.

Para o capital se realizar tem sempre que se apropriar da natureza de maneira predatória. Isso vai além da discussão de Harvey (2016). A depredação que acontece na Baía de Sepetiba, em virtude da Cia. Mercantil Ingá vem sendo denunciada há décadas tanto em artigos científicos como até mesmo em forma de arte. Em 1987, o secretário Jailson Barboza Coelho escreveu o samba “O caranguejo envenenado” para o carnaval desse mesmo ano:

Estava no espaço infinito
 Ouvi um grito a via láctea viajei
 Segui em direção ao sol
 Embalado no meu sonho
 Para a terra mergulhei
 O mundo azul solto no ar
 Abriga a vida e o homem mora lá
 E os erros dos homens esta avenida arrastão vem nos mostrar
 Terra minha, terra sua
 Poluição em nossa terra se acentua
 Terra minha, terra sua
 Poluição em nossa terra se acentua
 E o mar?
 O que acontece no mar não é bom nem pensar em tanta predação
 E na zona do Pantanal jacaré passa mal
 Aos olhos da covarde ambição
 Angra I, Angra II, Angra III
 Nuclep encravado em brisa mar
 Chernobyl brasileiro

Expondo todos ao perigo nuclear
Ingá com zinco matou a flora
O caranguejo envenenado foi embora
Ingá com zinco matou a flora
O caranguejo envenenado foi embora
E sonhar
Eu quero sonhar com este lugar
livre desse progresso hostil
E durante este sonho
Eu vou mandá-lo para fora do Brasil
E durante este sonho
Eu vou mandá-lo para fora do Brasil

Jailson Barboza Coelho que é professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e trabalha em pesquisa com tilápias já alertava o perigo da Ingá para a natureza. O autor inclusive cita a empresa junto a outros empreendimentos, que ou degradou a natureza como Chernobyl, ou tem potencial para degradar como as usinas de Angra. Mesmo não sendo a intenção do autor em falar da realização do capital é pertinente em nosso trabalho, pois de qualquer forma se realiza. Por ser filho de pescador ele sabe o que representava a Ingá, e o que os metais pesados representam ainda hoje, por isso é pertinente estar na letra da música em meio a outros empreendimentos potencialmente destruidores.

Pela Baía de Sepetiba apresentar esse histórico poluente com a Ingá, autores sempre sinalizaram que algo potencialmente grave poderia acontecer. Em 2003, o *Jornal do Brasil* publicou uma reportagem como “Ingá já é uma catástrofe” (MACALLOZ, 2003). Da mesma forma, Tolentino e Soares (2004) consideraram a Ingá em seu capítulo do livro organizado por Acselrad “Conflitos Ambientais no Estado do Rio de Janeiro” como a bomba de Itaguaí. Para Júnior (2018), os problemas estão em maiores proporções, pois atinge toda a Baía de Sepetiba, e a considera como uma “zona de sacrifício”, por receber rejeitos químicos, esgotamento sanitário, além da problemática histórica de rejeitos de metais pesados da Cia Ingá Mercantil. Silva (2018) tem a sensibilidade em apontar que pescadores e agricultores já habitavam a área da Ilha da Madeira, mesmo antes da construção do Porto de Itaguaí e da Cia. Ingá Mercantil. Dessa forma, são submetidos a realização do capital ocorrido no lugar, tendo seu cotidiano transformado por essa lógica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica do capital internacional traz consigo a contradição do crescimento exponencial infinito. Assim, é preciso pensar no aumento dos fluxos de mercadorias através dos terminais portuários com o intenso fluxo de navios, com áreas destinadas até para aguardar a atracação, os fundeios. Esse fato está na lógica do mercado global, que Santos (2002) afirma ser possível pela união da técnica e da ciência. Para o autor, não só a ciência e a tecnologia, mas também o mercado global são instâncias que estão imbricadas e oferecem outra interpretação à questão ambiental. Santos (2002, p. 238) afirma ser a ciência junto com a tecnologia e a informação a base da produção, e simultaneamente utilizam e determinam a funcionalidade do espaço, denominando esse período de “meio técnico-científico-informacional”, afirmando ser a “cara geográfica da globalização”.

Tal afirmação ocorre pela necessidade de se pensar na questão ambiental, pois a natureza deixa de ser significativa, pois os atores hegemônicos da cultura, política e principalmente da economia, passam a ter os seus interesses atendidos produzindo o espaço conforme suas intenções. Santos (2002) entende a lógica global como uma imposição a cada território como um todo, pois o lugar onde se sobrevive tende a ser integrado, mesmo de forma pontual, em que está inclusa a questão ambiental a que tanto nos referimos como as condições da natureza da Baía de Sepetiba, associada com o trabalho dos pescadores artesanais.

Harvey (2016) alerta para a necessidade de entender a tecnologia na apropriação dos processos naturais

que facilitam a produção (continuamos nossa compreensão de circulação de mercadorias como etapa da produção). Não se pode negar que o destino dos rejeitos contaminados por metais pesados da falida Cia. Ingá Mercantil nas cavas dos CDFs é uma medida tomada com tecnologia, porém a Baía de Sepetiba deixa de evoluir de forma espontânea, estando condicionada às ações do capital que a remodela e a reconfigura.

Não podemos esquecer que a essência do pescador artesanal como de todo homem é o trabalho que não é dada pela natureza, porém pela sua consciência. O pescador artesanal é consciente de seu trabalho e na sua subjetividade sabe que a natureza determina possibilidades para desenvolver sua atividade. Logo, a poluição do ambiente onde realiza suas práticas de vida precariza e inviabiliza diretamente o seu trabalho. Mészáros (2006) considera a poluição um exemplo da “alienação da natureza” intensificada, ou seja, é fruto de uma tecnologia produtiva quando se tem metas de produção.

Isso ocorre quando a produção tem que atender as demandas do consumo. Para o autor quando se atende ao que o mercado exige, despreza as implicações e repercussões humanas que são deixadas em último plano. Além dos exemplos dados anteriormente que vão ao encontro das afirmações de Mészáros (2006), podemos destacar a poeira do minério na esteira para abastecer os navios que há algum tempo pescadores vem denunciando em redes sociais que se forma e cai no mar. Nas Figuras 10 e 11 podemos observar o Porto Sudeste com a nuvem de poeira abastecendo um navio que fica completamente encoberto e quase não é percebido.

Figura 10 - Poeira de minério no Porto Sudeste, Ilha da Madeira (RJ).



Fonte: Carlos Ribeiro, 2020.

Figura 11 - Poeira de minério no Porto Sudeste, Ilha da Madeira (RJ).



Fonte: Carlos Ribeiro, 2020.

Essas imagens são exemplos do que vem ocorrendo na Baía de Sepetiba, principalmente na Ilha da Madeira e na Ilha de Guaíba onde o minério cai no mar. Jogar poeira na atmosfera é uma prática já antiga no

litoral da Baía de Sepetiba: a fuligem da siderúrgica TKCSA entre os anos de 2011 a 2015 causou diversos danos à saúde da população em Santa Cruz. Nesse período os movimentos sociais estiveram presentes na luta pela vida, pois diversas pessoas tiveram a saúde comprometida pela fuligem expelida. A comprovação de danos causados a saúde das pessoas levou a empresa a processar os pesquisadores: Alexandre Pessoa (engenheiro sanitário - Fiocruz), Hermano Castro (pneumologista - Fiocruz) e Mônica Lima (bióloga – UERJ).

Em 2011 a bióloga Mônica Lima concedeu entrevista ao mandato do vereador Eliomar Coelho que explicou os motivos do processo:

“Por que venho dizendo a verdade e desejo proteger os atingidos, já que meu compromisso é com a sociedade e não com empresas e governos. A empresa age com má fé para me intimidar e ameaçar, pois venho associando a poluição atmosférica da TKCSA, ou seja, o particulado e os gases tóxicos com doenças agudas, ou seja, as doenças imediatas, como os casos de alergias dermatológicas, respiratórias e oftalmológicas (asma, bronquite, rinite, conjuntivite, coceiras na pele com e sem sangramentos) e as doenças crônicas futuras, como câncer, casos de aborto espontâneo e doenças neurológicas. Mas algumas doenças crônicas já estão ocorrendo, como é o caso de um menino que apresentou síndrome nefrótica, que é uma grave disfunção renal provocada pelas altas concentrações no sangue da toxina da bactéria que se replica durante a infecção de pele ocasionada pelo pó-brilhoso da CSA. E ainda dizem que é só grafite e é inofensivo. Mais especificamente, estão me processando devido a uma entrevista no portal da Porto gente e duas falas que fiz na Alerj durante as audiências da comissão de investigação. Dizem que estou alarmando a população sem ser médica. Porém, sou profissional de saúde e estou me baseando em estudos nacionais e internacionais que tratam de doenças provenientes do vazamento de siderúrgicas”.

Os pesquisadores concordam quanto às consequências da degradação ambiental provocada. Segundo Monica Lima:

“Além dos impactos nocivos à saúde, com o aparecimento e agravamento de doenças, os impactos socioambientais, sanitários e ao ecossistema mais prováveis que já estão ocorrendo são a poluição hídrica e atmosférica, a destruição de 10 mil hectares de manguezal com animais em extinção como o peixe-boi, deslocamento compulsório de 14 mil pessoas, exacerbação da violência urbana com aparecimento inclusive de prostituição, e saturação de serviços que já são precários na região, como os da área da saúde. O fechamento do Hospital Pedro II é um dos piores agravantes neste momento de caos que atribuo ao governo do estado”.

Alexandre Pessoa em entrevista ao Fórum Popular de Saúde do Paraná afirmou que:

“pescadores perderam emprego e renda em decorrência das atividades interrompidas por consequência da fábrica”. Exames de saúde realizados pela **Fiocruz** indicam que a poluição gerada pelo empreendimento pode ser um dos responsáveis por problemas de saúde da população local. “É bom ressaltar que as comunidades de baixa renda locais se localizam muito proximamente à fábrica, diferente de outros empreendimentos de potencial poluidores, que tem um cordão verde de plantação o qual faz, de certa forma, uma barreira para eventuais emissões”.

A empresa processou os pesquisadores por danos morais a imagem e desistiu em 2012 após a OAB se solidarizar e considerar a postura inadequada. Os pesquisadores apontaram falhas no EIA/ RIMA da empresa, audiência pública e violações dos Direitos Humanos de moradores e pescadores artesanais. É relevante esse episódio, pois constata que os conhecimentos científicos são desprezados em nome da lógica da acumulação.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. LEROY, Jean-Pierre. **Novas premissas de sustentabilidade democrática**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil sustentável e democrático. FASE, 1999.

BRAGA, Paulo Antonio Bastos. **Monitoramento Ambiental de Cavas Aquáticas – Dragagem**. Rio de Janeiro: CREA, 2016. Disponível em: <<http://www.creadigital.com.br/portal?txt=327732303730>> Acesso em: 15 mar. 2020.

COELHO, Eliomar. **Entrevista**: bióloga Mônica Lima alerta que a TKCSA sempre poluirá. Disponível em: <<http://www.eliomar.com.br/entrevista-biologa-monica-lima-alerta-que-a-csa-sempre-poluira/>> Acesso em: 20 mai.

2020.

COELHO, Jailson Barboza. **O caranguejo envenenado**. Itaguaí, 1987.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN. **RIMA – Relatório de Impacto Ambiental**. Terminal de Granéis Sólidos. Itaguaí: CSN, 2014. p. 131.

FORUM POPULAR DE SAUDE DO PARANÁ. TKCSA: mais uma obra do PAC desrespeita as leis ambientais. **Entrevista especial com Alexandre Pessoa**. Disponível em: < <https://fopspr.wordpress.com/2011/02/24/tkcsa-entrevista-com-alexandre-pessoa/>> Acesso em: 15 mai. 2020.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. p. 232

JUNIOR, Riyuso Ikeda. **Zona de sacrifício ambiental: O caso da Baía de Sepetiba – RJ**. Revista Política e Planejamento Regional. RPPR – Rio de Janeiro – vol. 5, nº 3, setembro a dezembro de 2018, p. 359-380.

LATOUCHE, Serge. **A Ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária**. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 84-86.

MACCALOZ, Salete. Ingá já é uma catástrofe. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil: 06. Nov. 2003.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Editora Boitempo, 2006. p. 80.

PELLEGATTI, Fabio; FIGUEIREDO, Ana Maria G. **Determinação de metais pesados e outros elementos em sedimentos da Baía de Sepetiba (RJ) por ativação neutrônica**. São Paulo, Tese de Doutorado em Química Nuclear. 2000. Universidade de São Paulo.

RESENDE, Gilka. **Defensores de Direitos Humanos: Uma história (real) de pescador**. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/defensores-de-direitos-humanos-uma-historia-real-de-pescador/2554>> Acesso em: 19 nov. 2019.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 238.

SERRES, Michel. **O mal limpo: Poluir para se apropriar?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 60

SILVA, C. A. **Expansão urbano-industrial e logística na Baía de Sepetiba e conflitos territoriais com a pesca artesanal: história recente da produção social da periferia metropolitana**. In: Baía de Sepetiba: Riscos à natureza e aos coletivos humanos na metrópole do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TOLENTINO, J. SOARES, J.L. **Companhia Mercantil e Industrial Ingá: “A bomba de Itaguaí”**. In: ACSELRAD, Henri. Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

VERHELTS, Thierry G. **O direito a diferença, identidades culturais e desenvolvimento**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992. p. 26.

VINHAS, A. L. F. **Pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, Rio de Janeiro (RJ): os diferentes conflitos pela identidade**. Rio de Janeiro, 2011. 177p. Dissertação de Mestrado em Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.